

SUMÁRIO

PARTE I – NOÇÕES GERAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

CAPÍTULO 1 – Direito Tributário	27
1. Estado e o poder de tributar	27
2. Conceito e objeto do direito tributário.....	29
3. Direito tributário x direito financeiro. O problema da autonomia dos ramos do direito	30
4. Relação do direito tributário com os demais ramos do direito	31
5. Quadro sinóptico	32
CAPÍTULO 2 – Teoria geral do tributo	35
1. Definição do tributo	35
1.1. Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	36
1.2. Prestação compulsória instituída em lei	37
1.3. Prestação que não constitui sanção por ato ilícito	39
1.4. Cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada	40
2. A regra matriz de incidência dos tributos.....	41
2.1. Aspectos da regra matriz de incidência: antecedente da norma (critérios material, temporal e espacial).....	43
2.2. Aspectos da regra matriz de incidência: consequente da norma (critérios pessoal e quantitativo).....	44
2.3. Esquema lógico de representação da regra matriz de incidência	46
3. Espécies tributárias	47
3.1. Teorias acerca das espécies tributárias	47
3.2. Determinação da natureza jurídica dos tributos.....	48
3.3. Diversas espécies de tributos.....	49
3.3.1. Impostos	49
3.3.2. Taxas	51
3.3.3. Contribuições de melhoria.....	52
3.3.4. Empréstimos compulsórios.....	52
3.3.5. Contribuições especiais	53

3.3.6.	Contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.....	54
4.	Classificação dos tributos.....	55
4.1.	Tributos federais, estaduais, distritais ou municipais.....	55
4.2.	Tributos privativos, comuns e residuais.....	55
4.3.	Tributos vinculados e não vinculados.....	56
4.4.	Tributos de arrecadação vinculada e tributos de arrecadação não vinculada.....	57
4.5.	Tributos pessoais e reais.....	57
4.6.	Tributos diretos e indiretos.....	57
4.7.	Tributos ordinários e extraordinários.....	58
4.8.	Impostos sobre o comércio exterior, impostos sobre o patrimônio e a renda e impostos sobre a produção e circulação: a classificação proposta pelo CTN.....	58
5.	Funções dos tributos: fiscal, extrafiscal e parafiscal.....	59
6.	Quadro sinóptico.....	60

PARTE II – TRIBUTOS DA COMPETÊNCIA COMUM

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

CAPÍTULO 3 – Taxas.....	65
1. Introdução.....	65
2. Aspecto material.....	67
2.1. Exercício do poder de polícia.....	70
2.1.1. Exercício regular do poder de polícia – existência de órgão e estrutura administrativa competente.....	72
2.2. Serviço público específico e divisível.....	74
2.2.1. Taxas Judiciárias.....	78
2.2.2. Taxas × preços públicos (ou tarifas).....	79
2.2.2.1. Os pedágios cobrados pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.....	82
3. Aspecto temporal.....	83
4. Aspecto espacial.....	84
5. Aspecto subjetivo.....	84
5.1. Sujeito ativo.....	84
5.2. Sujeito passivo.....	87
6. Aspecto quantitativo.....	87
6.1. Base de cálculo.....	90
6.2. Alíquota.....	92
7. Imunidades e isenções.....	94
8. Informações complementares.....	97
9. Quadro sinóptico.....	98
10. Súmulas do STF e STJ.....	99

CAPÍTULO 4 – Contribuições de melhoria.....	101
1. Introdução.....	101
2. Aspecto material	104
2.1. Contribuições de melhoria e desapropriações indiretas	107
3. Aspecto temporal.....	108
4. Aspecto espacial.....	109
5. Aspecto subjetivo.....	110
5.1. Sujeito ativo.....	110
5.2. Sujeito passivo.....	110
6. Aspecto quantitativo.....	112
6.1. Base de cálculo.....	114
6.1.1. Limites das contribuições de melhoria.....	115
6.2. Alíquota.....	117
7. Imunidades e isenções.....	118
8. Informações complementares.....	118
9. Quadro sinóptico.....	121

PARTE III – TRIBUTOS FEDERAIS

Felipe Viana de Araújo Duque

CAPÍTULO 5 – Imposto Territorial Rural – ITR.....	125
1. Aspecto material	125
2. Aspecto temporal.....	128
3. Aspecto espacial.....	129
4. Aspecto subjetivo.....	131
5. Aspecto quantitativo.....	133
6. Imunidade e isenção.....	137
7. Informações complementares: lançamento	139
8. Quadro sinóptico.....	141
9. Súmulas.....	142
6 – Impostos sobre o Comércio Exterior – II e IE	143
1. Introdução.....	143
1.1. Impostos sobre o Comércio Exterior, o direito aduaneiro e o princípio da soberania.....	144
1.2. O Imposto de importação e o imposto de exportação na Constituição e no Código Tributário Nacional.....	145
1.3. Noções gerais de direito aduaneiro.....	151
1.4. Procedimentos de importação e de exportação	156
1.5. Siscomex Carga.....	159
2. Imposto de importação	161
2.1. Aspecto material.....	162
2.2. Aspecto temporal.....	166
2.3. Aspecto espacial.....	167

2.4.	Aspecto subjetivo.....	168
2.5.	Aspecto quantitativo.....	170
2.5.1.	Base de cálculo.....	170
2.5.2.	Alíquota.....	175
2.5.3.	Tributação simplificada, especial e unificada.....	179
2.6.	Isonções e imunidades.....	181
2.7.	Regimes aduaneiros especiais.....	185
2.7.1.	Trânsito Aduaneiro.....	188
2.7.2.	Admissão Temporária.....	189
2.7.3.	Drawback.....	191
2.7.3.1.	Introdução.....	191
2.7.3.2.	Princípios.....	191
2.7.3.3.	Modalidades.....	193
2.7.3.4.	Comprovação de cumprimento do regime.....	194
2.7.4.	Entrepasto Aduaneiro.....	195
2.7.5.	Outros regimes especiais.....	196
2.8.	Zona Franca de Manaus, Áreas de Livre Comércio e Zonas de Processamento de Exportação.....	202
2.8.1.	Zona Franca de Manaus.....	202
2.8.2.	Áreas de Livre Comércio.....	206
2.8.3.	Zonas de Processamento de Exportação – ZPE.....	207
2.9.	Administração, lançamento e controle do imposto.....	208
2.10.	Pena de perdimento de bens.....	211
3.	Imposto de exportação.....	217
3.1.	Aspecto material.....	217
3.2.	Aspecto temporal.....	218
3.3.	Aspecto espacial.....	219
3.4.	Aspecto subjetivo.....	219
3.5.	Aspecto quantitativo.....	219
3.5.1.	Base de cálculo.....	219
3.5.2.	Alíquota.....	220
3.6.	Regimes especiais.....	220
3.7.	Lançamento.....	220
4.	Resumo.....	222
5.	Jurisprudência sobre os impostos de importação e exportação.....	224
6.	Súmulas.....	225
CAPÍTULO 7 – Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.....		227
1.	Introdução.....	227
2.	Aspecto material.....	232
2.1.	Nacionalização de produtos estrangeiros.....	238
2.2.	A jurisprudência sobre importação para consumidor final não contribuinte do IPI.....	240
3.	Aspecto temporal.....	241
3.1.	Suspensão do Imposto.....	242
4.	Aspecto subjetivo.....	244

4.1. Sujeito ativo	245
4.2. Sujeito passivo	245
4.2.1. Responsabilidade e substituição tributária	249
5. Aspecto quantitativo	250
5.1. Base de cálculo	251
5.1.1. Descontos incondicionais e bonificações	251
5.1.2. Frete	253
5.1.3. Perdas e quebras de estoque	254
5.1.4. Pautas fiscais no IPI	255
5.2. Alíquotas	258
5.2.1. A tributação do cigarro	261
5.3. Não Cumulatividade do IPI	262
5.3.1. Regras gerais	262
5.3.2. Diferentes espécies de crédito de IPI: Créditos básicos, créditos por devolução, créditos de incentivo, crédito prêmio, crédito presumido etc.	265
5.3.3. Crédito-prêmio do IPI	269
5.3.4. Insumos não tributados	270
5.3.5. Energia elétrica	271
5.3.6. Bens para uso e consumo e para o ativo imobilizado	272
5.3.7. Simples	272
5.3.8. Correção monetária dos créditos de IPI indeferidos pela Fazenda e posteriormente concedidos pelo Judiciário	273
6. Restituição do imposto	274
7. Imunidades e isenções	278
7.1. Benefícios Fiscais	281
8. Lançamento e obrigações acessórias	283
9. Resumo	285
10. Jurisprudência consolidada	286
11. Súmulas	288
CAPÍTULO 8 – Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	289
1. Introdução	289
2. IOF/crédito	300
2.1. Noções gerais	300
2.2. Aspecto material	302
2.3. Aspecto subjetivo	307
2.4. Aspecto quantitativo	308
3. IOF/câmbio	313
3.1. Noções gerais	313
3.2. Aspecto material	314
3.3. Aspecto subjetivo	315
3.4. Aspecto quantitativo	316
4. IOF/seguros	321
4.1. Noções gerais	321
4.2. Aspecto material	322
4.3. Aspecto subjetivo	323

4.4.	Aspecto quantitativo.....	324
4.5.	Hipóteses de isenção	324
4.6.	Lei Complementar 214/2025.....	324
5.	IOF/TVM.....	327
5.1.	Noções gerais.....	327
5.2.	Aspecto material	328
5.3.	Aspecto subjetivo.....	329
5.4.	Aspecto quantitativo.....	330
5.5.	Hipóteses de isenção	334
6.	IOF/ouro ativo financeiro.....	335
6.1.	Noções gerais.....	335
7.	Resumo.....	336
8.	Jurisprudências.....	338
9.	Súmulas	339
CAPÍTULO 9 – Imposto de Renda – IR.....		341
1.	Introdução.....	342
2.	Aspecto material	343
2.1.	Conceito de renda.....	343
2.2.	Disponibilidade da renda.....	347
2.3.	Generalidade, universalidade e progressividade.....	349
2.4.	Fato gerador complexo e princípios da anualidade e da irretroatividade – aspecto temporal.....	349
3.	Aspecto quantitativo.....	351
3.1.	Base de cálculo	351
3.2.	Alíquotas	352
4.	Aspecto subjetivo	353
4.1.	Contribuinte e responsável	353
4.2.	Domicílio e residência.....	354
5.	IRPF.....	355
5.1.	Introdução	355
5.2.	Sistema de apuração, declaração e pagamento do imposto	355
5.3.	Aspecto subjetivo.....	357
5.3.1.	Contribuinte.....	357
5.3.2.	Responsável.....	357
5.3.3.	Responsabilidade por retenção.....	357
5.3.4.	Princípios da territorialidade e da renda universal	359
5.3.5.	Equiparação à pessoa jurídica.....	360
5.4.	Aspecto material	362
5.5.	Aspecto quantitativo.....	362
5.5.1.	Base de cálculo.....	363
5.5.1.1.	Renda tributável.....	363
5.5.1.2.	Rendimentos isentos e não tributados	368
5.5.1.3.	Rendimentos pagos acumuladamente – rendimentos acumulados	386
5.5.1.4.	Despesas dedutíveis.....	389

5.5.2.	Alíquota	394
5.5.3.	Deduções do imposto	395
5.6.	Tributação do ganho de capital	398
5.6.1.	Regras gerais	398
5.6.2.	A lei de regularização de ativos.....	401
5.6.3.	Stock Option Plan	403
5.7.	Tributação de aplicações financeiras – Introdução.....	404
5.8.	Atividade rural	407
5.9.	Tributação dos residentes no exterior	410
5.10.	Tributação de rendimentos omitidos	412
5.10.1.	Sinais exteriores de riqueza	412
5.10.2.	Acréscimo patrimonial a descoberto	413
5.10.3.	Depósitos não identificados.....	413
5.11.	Obrigações acessórias – as declarações do IRPF.....	416
6.	IRPJ.....	419
6.1.	Introdução	419
6.2.	Primeira aproximação	420
6.3.	Novas regras contábeis internacionais e regime tributário de transição.....	422
6.4.	A apuração do imposto – visão geral	426
6.5.	Aspecto subjetivo	428
6.6.	Aspecto temporal.....	433
6.7.	Aspecto material	441
6.8.	Aspecto quantitativo.....	441
6.8.1.	Base de cálculo.....	441
6.8.1.1.	Resultado operacional.....	443
6.8.1.1.1.	Receitas operacionais.....	443
6.8.1.1.2.	Despesas operacionais.....	450
6.8.1.2.	Resultados não operacionais	467
6.8.1.3.	Compensação de prejuízos	470
6.8.1.4.	Omissão de receitas	472
6.8.2.	Alíquotas	475
6.9.	Retenção na fonte.....	476
6.10.	Resultados não operacionais	476
6.11.	Reavaliação de bens	479
6.11.1.	Introdução.....	479
6.11.2.	Avaliação a valor presente	479
6.11.3.	Avaliação a valor justo	480
6.11.4.	Redução do valor recuperável – <i>Impairment</i>	481
6.12.	Investimentos, participações societárias e reorganizações societárias	481
6.12.1.	Introdução.....	481
6.12.2.	Investimentos avaliados pelo custo e investimentos avaliados pela equivalência patrimonial	481
6.12.2.1.	Os investimentos e o método aplicável.....	481
6.12.2.2.	Aquisição do investimento e operações registradas pelo MEP....	483
6.12.2.3.	Alienação do investimento	485

6.12.3.	Ações em tesouraria	486
6.12.4.	Reorganização societária e combinação de negócios: fusão, cisão e incorporação	487
6.12.4.1.	Visão geral	487
6.12.4.2.	Efeitos tributários	489
6.13.	Lucro distribuído e lucro capitalizado	496
6.14.	Preços de transferência	497
6.14.1.	Importações	501
6.14.2.	Exportações	503
6.14.3.	Estabilidade e praticidade nos métodos de preços de transferência	503
6.14.4.	Flexibilização dos percentuais e margens	504
6.14.5.	Juros	504
6.14.6.	Paraísos fiscais	505
6.14.7.	Acordos internacionais	505
6.15.	Atividades no exterior	506
6.15.1.	Rendimentos tributáveis auferidos de fonte no exterior	506
6.15.2.	Aspecto temporal	506
6.15.3.	Equivalência patrimonial – MEP	509
6.15.4.	Tratamento da renda paga por fonte no exterior a pessoa jurídica no Brasil	509
6.16.	Operações no mercado financeiro	510
6.16.1.	Retenção na fonte	510
6.16.2.	Tributação na apuração do imposto (dedução do IRRF e das perdas)	511
6.16.3.	Aplicações de renda fixa	512
6.16.4.	Aplicações em valores mobiliários	513
6.17.	Retenção na fonte	514
6.18.	Apuração pelo lucro real e pagamento por estimativa	515
6.19.	Lucro presumido, lucro arbitrado e SIMPLES	522
6.19.1.	Lucro presumido	522
6.19.2.	Lucro arbitrado	527
6.19.3.	SIMPLES	530
6.20.	Imunidades e Isenções	536
6.21.	Lançamento	538
7.	Resumo	544
8.	Jurisprudência	545
8.1.	Conceito de renda e fato gerador	545
8.1.1.	Remuneração de Depósitos Compulsórios	545
8.1.2.	Valores sem Origem Comprovada	546
8.2.	Isenções por moléstia grave	546
8.2.1.	Portadores de HIV	546
8.2.2.	Alteração da Gravidade da Doença	547
8.2.3.	Portadores de Alzheimer	547
8.2.4.	Limitação aos Trabalhadores em Atividade	548
8.2.5.	Aplicação a PGBl e VGBL	548
8.3.	Tributação de pensão alimentícia	548
8.3.1.	Inconstitucionalidade da Tributação	548

8.3.2.	Confirmação pelo STJ.....	549
8.4.	Tributação de juros de mora.....	549
8.4.1.	Sistematização Geral.....	549
8.4.2.	Juros de Mora Salariais.....	550
8.4.3.	SELIC em Repetição de Indébito.....	550
8.5.	Aspectos empresariais.....	550
8.5.1.	ISS no Lucro Presumido.....	550
8.5.2.	Repetição de Indébito Tributário na Base de Cálculo.....	551
8.5.3.	Participação nos Lucros de Diretores.....	551
8.5.4.	Juros sobre Capital Próprio de Exercícios Anteriores.....	552
8.5.5.	PAT - Ilegalidade de Restrições Regulamentares.....	552
8.5.6.	Ágio Interno - Divergência Jurisprudencial.....	552
8.5.7.	Contribuições Extraordinárias para Previdência Privada.....	553
8.6.	Investimentos e mercado financeiro.....	553
8.6.1.	<i>Stock Option Plan</i>	553
8.6.2.	Fundos de Investimento por Sucessão.....	554
8.6.3.	Contratos de Swap para Hedge.....	554
8.6.4.	Cessão de Precatório com Deságio.....	554
8.6.5.	Sucessão de Ações.....	555
8.6.6.	Dedução de Administradores e Conselheiros.....	555
8.6.7.	REINTEGRA.....	555
8.7.	Tributação internacional.....	556
8.7.1.	Aposentadorias no Exterior.....	556
8.7.2.	Serviços Técnicos do Exterior.....	556
8.7.3.	Países com Acordos Específicos.....	557
8.8.	Aspectos procedimentais.....	557
8.8.1.	Declaração Retificadora.....	557
8.8.2.	Rendimentos Recebidos Acumuladamente.....	557
8.9.	Benefícios sociais e trabalhistas.....	558
8.9.1.	Plantão Médico.....	558
8.9.2.	<i>Lay-off</i>	558
8.10.	Questões específicas.....	559
8.10.1.	Pessoa com Deficiência como Dependente.....	559
8.10.2.	Titularidade do IR sobre Rendimentos Estaduais.....	559
9.	Súmulas.....	559
CAPÍTULO 10 – PIS e Cofins.....		561
1.	Introdução.....	561
2.	Panorama constitucional.....	562
3.	Aspecto subjetivo.....	564
4.	Aspecto material.....	568
5.	Aspecto temporal.....	578
6.	Aspecto quantitativo.....	579
6.1.	PIS-Folha.....	579
6.2.	Regime cumulativo.....	579
6.3.	Regime não cumulativo.....	584

6.4. PIS e COFINS-Importação	613
6.5. “Regime Misto” – ou duplicidade de regimes.....	616
7. Tributação monofásica ou concentrada	618
8. Substituição tributária	621
9. Isenções e alíquota zero.....	623
10. Lançamento	626
11. Resumo.....	626
12. Jurisprudência	627
12.1. Base de cálculo e conceito constitucional de faturamento.....	627
12.1.1. Receitas de Locação de Bens Móveis e Imóveis	627
12.1.2. Receitas Financeiras de Instituições Financeiras.....	628
12.1.3. Receitas de Aplicações Financeiras de Entidades de Previdência Complementar	629
12.1.4. Exclusão de Créditos Presumidos de IPI da Base de Cálculo	630
12.2. Relação entre PIS/COFINS e ICMS.....	630
12.3. Creditamento no regime não cumulativo	632
12.4. Receitas financeiras e juros.....	633
13. Súmulas	639
CAPÍTULO 11 – Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS.....	641
1. Introdução.....	641
2. Regras comuns entre CBS e IBS	642
3. Sintetizando	647
CAPÍTULO 12 – Imposto Seletivo.....	653
1. Aspectos constitucionais	655
2. Imposto seletivo na lc 214/2025	670

PARTE IV – TRIBUTOS ESTADUAIS

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

CAPÍTULO 13 – Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD	707
1. Introdução.....	707
2. Aspecto material	709
2.1. ITCMD-Causa Mortis.....	709
2.1.1. Falecimento do cônjuge meeiro antes da partilha dos bens do pré- morto	710
2.1.2. ITCMD nos Contratos de PGBL e VGBL.....	710
2.2. ITCMD-Doações	711
2.2.1. Renúncia da herança.....	712
2.2.2. Partilha desproporcional de bens na separação ou divórcio ou nos processos de inventário.....	713
2.2.3. Usufruto.....	714
2.2.4. Fideicomisso	715

2.2.5. Benefícios Indiretos a Partes Relacionadas.....	715
3. Aspecto temporal.....	716
4. Aspecto espacial.....	718
5. Aspecto pessoal.....	718
5.1. Sujeito ativo.....	718
5.2. Sujeito passivo.....	720
6. Aspecto quantitativo.....	722
6.1. Base de Cálculo.....	722
6.2. Alíquotas.....	724
7. Imunidades e isenções.....	725
8. Informações complementares.....	727
8.1. Lançamento e decadência do ITCMD nos processos de inventário.....	730
9. Quadro sinóptico.....	732
10. Súmulas do STF e STJ.....	734

CAPÍTULO 14 – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS..... 735

1. Introdução.....	736
2. Aspecto material.....	740
2.1. ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias.....	740
2.1.1. ICMS X ISS.....	742
2.1.2. Operações relativas à circulação de mercadorias: necessária circulação jurídica do bem.....	746
2.1.2.1. Transferências entre Estabelecimentos do Mesmo Titular.....	747
2.1.2.2. Venda de Bens do Ativo Permanente.....	750
2.1.2.3. Operações Societárias e Não Incidência do ICMS.....	750
2.1.3. Mercadorias para fins de incidência.....	751
2.1.4. Operações de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>) internas e internacionais.....	754
2.2. Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.....	757
2.3. Prestação de serviço de comunicação.....	759
3. Aspecto espacial.....	762
4. Aspecto temporal.....	769
4.1. Operações com Energia Elétrica: Momento do Consumo.....	770
5. Aspecto subjetivo.....	770
5.1. Sujeito ativo.....	771
5.1.1. Sujeito ativo do ICMS nas operações interestaduais (Emenda Constitucional n. 87/2015).....	771
5.1.1.1. O Protocolo ICMS 21/2011 do CONFAZ e a Cobrança de DIFAL no Estado de destino nas operações de venda de mercadoria a consumidor final realizada de forma não presencial: ADI 4628.....	773
5.1.1.2. A Cobrança de DIFAL pelo Estado Destinatário nas operações de venda de mercadoria por empresa aderente ao Simples Nacional a consumidor final não contribuinte do ICMS: A Medida Cautelar proferida na ADI 5.464/DF.....	774

5.1.1.3.	Necessidade de Edição de Lei Complementar para cobrança de DIFAL nas operações e prestações interestaduais com consumidor final não contribuinte do Imposto: ADI 5469 e RE 1287019	775
5.1.1.3.1.	A Lei Complementar Federal n. 190/2022 e a Controvérsia sobre a Aplicabilidade dos Princípios da Anterioridade Anual e Nonagesimal	776
5.1.1.4.	A Cobrança de DIFAL pelo Estado Destinatário nas operações de venda de mercadoria por empresa aderente ao Simples Nacional a consumidor final contribuinte do ICMS: RE 970.821.....	777
5.1.2.	Sujeito ativo do ICMS nos casos de importação de mercadorias, bens e serviços	777
5.1.3.	Sujeito ativo do ICMS nas Prestações de Serviços de Comunicação Via Satélite.....	782
5.2.	Sujeito passivo do ICMS	783
5.2.1.	Contribuinte de Fato × Contribuinte de Direito: Direito à Restituição do Tributo.....	786
5.2.2.	Responsabilidade Tributária por Substituição	789
5.2.2.1.	Substituição tributária progressiva e repetição do indébito	794
5.2.2.2.	Substituição tributária nas operações com energia elétrica	797
5.2.2.3.	Tratamento Favorecido por meio de Concessão ou Suspensão do Regime de Substituição Tributária.....	798
5.2.3.	Responsabilidade Tributária por Transferência.....	799
6.	Aspecto quantitativo.....	800
6.1.	Base de cálculo.....	800
6.1.1.	ICMS “por dentro”	801
6.1.2.	Descontos condicionados e incondicionados e bonificações.....	803
6.1.3.	Base de cálculo, substituição tributária e pauta fiscal	805
6.1.4.	Vendas a prazo e operações com cartões de crédito.....	806
6.1.5.	Operações com energia elétrica: demanda contratada × energia efetivamente utilizada	807
6.1.6.	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD e Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST de Energia Elétrica	808
6.2.	Alíquota	814
6.2.1.	O Princípio da Seletividade em Função da Essencialidade do ICMS e a Lei Complementar n. 194, de 2022.....	815
6.2.2.	Alíquota Específica nas Operações Interestaduais com Bens e Mercadorias Importados do Exterior: A Guerra dos Portos.....	820
6.2.3.	O Diferencial Competitivo dos Biocombustíveis	821
6.2.4.	O Adicional para o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP.....	823
6.3.	Não cumulatividade	824
6.3.1.	Manutenção de créditos nos casos de isenção, imunidade e não incidência	828
6.3.2.	Período de apuração do imposto e não cumulatividade: regime de conta gráfica e demais regimes especiais.....	832

6.3.2.1.	Proibição de instituição de sanções políticas em matéria tributária.....	835
6.3.3.	Créditos escriturados e direito à correção monetária.....	837
6.3.4.	Venda de mercadoria por preço inferior ao da aquisição: estorno de crédito.....	837
6.3.5.	Produtos intermediários, bens de conveniência e bens destinados ao ativo fixo e ao uso e consumo do estabelecimento.....	838
7.	Imunidades e isenções.....	843
7.1.	Imunidades.....	843
7.1.1.	Imunidades genéricas.....	843
7.1.2.	Imunidades específicas.....	846
7.1.2.1.	Imunidades para exportações.....	846
7.1.2.2.	Imunidades nas operações interestaduais com petróleo e derivados e energia elétrica.....	851
7.1.2.3.	Demais imunidades: ouro, serviços gratuitos de comunicação e operações com minerais.....	854
7.2.	Isenções.....	854
7.2.1.	Discussão Judicial sobre Benefícios Fiscais Unilaterais.....	857
7.2.2.	Benefícios Unilaterais Válidos.....	859
7.2.3.	Benefícios Fiscais Disfarçados.....	859
7.2.4.	Benefícios Concedidos por Tratados.....	860
7.2.5.	A Lei Complementar n. 160, de 2017, o Convênio ICMS n. 190, de 2017, e a Convalidação de Benefícios Fiscais Unilaterais.....	861
7.2.6.	Os Benefícios Fiscais Condicionados a Contrapartida em Dinheiro e os Fundos de Infraestrutura e Estabilização Fiscal.....	864
8.	Informações complementares.....	865
8.1.	ICMS Monofásico.....	865
8.1.1.	A ADI 7191, ADPF 984 e o Regime de Monofasia: O Acordo celebrado entre os Estados e a União.....	869
8.2.	Lançamento e Decadência do ICMS.....	871
9.	Quadro sinóptico.....	873
10.	Súmulas do STF e do STJ.....	876
CAPÍTULO 15 – Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA.....		879
1.	Introdução.....	879
2.	Aspecto material.....	880
3.	Aspecto temporal.....	882
4.	Aspecto espacial.....	884
5.	Aspecto subjetivo.....	884
5.1.	Sujeito ativo.....	884
5.2.	Sujeito passivo.....	886
6.	Aspecto quantitativo.....	887
7.	Imunidades e isenções.....	889
8.	Informações complementares.....	890
9.	Quadro sinóptico.....	891

PARTE V – TRIBUTOS MUNICIPAIS

Helton Kramer Lustoza

CAPÍTULO 16 – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	895
1. Aspecto material	895
1.1. Análise de alguns serviços da lista	910
1.1.1. Exportação de serviço	910
1.1.2. Conflitos entre ICMS e ISSQN: caso paradigma de Informática	914
1.1.3. Atividades bancárias	918
1.1.4. Arrendamento mercantil – <i>leasing</i>	919
1.1.5. Franquia (<i>franchising</i>)	922
1.1.6. Construção civil.....	928
1.1.7. Industrialização por encomenda	937
1.1.8. Aplicação da imunidade de jornais e periódicos	943
1.1.9. Locação de bens móveis.....	947
1.1.10. Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia ...	948
1.1.11. Serviços de transporte de natureza municipal.....	949
1.1.12. Serviços compartilhados (<i>Cost Sharing</i>).....	949
1.1.13. Atividades de apostas e loterias	952
1.1.14. Serviço de monitoramento e rastreamento à distância	953
1.1.15. Serviço de compartilhamento de infraestrutura.....	954
2. Aspecto temporal.....	955
3. Aspecto espacial	956
3.1. Inovações promovidas pela Lei Complementar 157/2016.....	964
3.2. Inovações trazidas pela lei complementar 175/2020	968
4. Aspecto subjetivo	971
4.1. Cartórios, notariais e registros públicos.....	973
4.2. Cooperativa	975
4.3. Serviços de coleta de sangue e análise clínica	977
5. Aspecto quantitativo.....	979
5.1. Base de cálculo	979
5.1.1. Base de cálculo especial para sociedades profissionais (ISS-fixo)	985
5.1.2. Arbitramento da Base de Cálculo – regime de estimativa.....	987
5.2. Alíquota	990
6. Informações complementares.....	993
6.1. Lançamento	993
6.2. Restituição do tributo perante a previsão do art. 166 do CTN	994
6.3. Regime de retenção no SIMPLES Nacional.....	998
6.4. Requisitos de Isenções individuais	999
6.5. Alterações promovidas pela Lei Complementar 157/2016.....	1001
6.5.1. Improbidade administrativa.....	1001
6.5.2. Vigência da LC 157/2016.....	1007
6.5.3. Definição da cota-parte no repasse do ICMS	1007
6.5.4. Acréscimo de serviços na lista anexa à LC 116/2003	1008

7. Quadro sinóptico	1015
8. Súmulas do STF e do STJ	1015
9. Síntese dos principais entendimentos sobre issqn	1016
CAPÍTULO 17 – Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.....	1021
1. Aspecto material	1021
2. Aspecto temporal	1027
3. Aspecto espacial	1029
4. Aspecto subjetivo	1032
4.1. Invasões de Terras.....	1036
4.2. Terras da marinha.....	1037
4.3. Exigência do IPTU no caso de loteamento irregular.....	1039
4.4. Imunidades de terrenos baldios de Templos Religiosos e de Entidades Educacionais e Assistenciais	1043
4.5. Imunidade e sucessão tributária – caso da RFFSA	1044
4.6. Incidência do IPTU sobre imóvel com restrição ambiental	1047
4.7. Imunidade e Maçonaria	1049
4.8. Imunidade e Cessão de imóveis públicos	1050
5. Aspecto quantitativo.....	1055
5.1. Base de cálculo	1055
5.2. Alíquota	1060
6. Informações complementares.....	1065
6.1. Lançamento	1065
6.2. Exceção ao Bem de Família	1066
6.3. Repetição de indébito.....	1067
7. Quadro sinóptico	1067
8. Súmulas do STF e do STJ	1068
9. Síntese dos principais entendimentos do STJ sobre iptu.....	1069
CAPÍTULO 18 – Imposto de Transmissão de Bens “Inter Vivos” – ITBI.....	1073
1. Aspecto material	1073
1.1. Desapropriação e Usucapião	1077
1.2. Separação consensual e excesso oneroso de partilha	1078
1.3. Renúncia à Herança.....	1079
1.4. Anulação do negócio jurídico de transmissão imobiliária	1080
1.5. Incidência do ITBI na integralização no capital de pessoa jurídica	1083
1.5.1. Imunidade tributária das Holdings Patrimoniais e possíveis desvios de finalidade.....	1086
1.6. Dissolução de condomínios sobre imóveis indivisíveis	1090
2. Aspecto temporal	1092
3. Aspecto espacial	1096
4. Aspecto subjetivo	1096
5. Aspecto quantitativo.....	1097
5.1. Base de cálculo	1097
5.2. Alíquota	1101
6. Informações complementares.....	1102

7. Quadro sinóptico	1102
8. Súmulas do STF e STJ.....	1103
9. Síntese dos principais entendimentos sobre ITBI.....	1103

CAPÍTULO 19 – Contribuição de Iluminação Pública e de monitoramento de logradouros públicos – COSIP 1105

1. Aspecto material	1105
2. Aspecto temporal.....	1107
3. Aspecto espacial.....	1107
4. Aspecto subjetivo.....	1107
5. Aspecto quantitativo.....	1108
5.1. Base de cálculo.....	1108
5.2. Alíquota	1108
6. Informações complementares.....	1108
6.1. Taxas municipais – Diferenciação com a COSIP.....	1108
7. Quadro sinóptico	1110

PARTE VI – IVA-DUAL

CAPÍTULO 20 – Imposto sobre bens e serviços – IBS e contribuição sobre bens e serviços – CBS 1113

1. Introdução.....	1114
2. Aspecto material	1119
2.1. IBS/CBS nas operações onerosas com bens materiais.....	1119
2.2. IBS/CBS nas operações onerosas com bens imateriais e direitos.....	1121
2.3. IBS/CBS nas operações onerosas com serviços.....	1123
2.4. IBS/CBS nas operações onerosas mistas	1126
2.5. IBS/CBS nas importações onerosas de bens e serviços	1127
2.6. IBS/CBS nas operações não onerosas.....	1128
2.6.1. Brindes e bonificações	1129
2.6.2. Transmissão de bens do capital social aos sócios	1130
2.6.3. Transmissão de bens a partes relacionadas	1131
2.7. Irrelevância do título jurídico da operação.....	1132
3. Aspecto espacial	1133
3.1. Operações com bens e direitosA Lei Complementar n. 214/2025 estabelece três regras para identificação do local da ocorrência da materialidade tributária nas operações com bens e direitos:.....	1135
3.2. Operações com serviços.....	1138
4. Aspecto temporal.....	1140
5. Aspecto subjetivo	1142
5.1. Sujeito Ativo	1142
5.1.1. Sujeito(s) Ativo(s) do IBS.....	1143
5.1.1.1. Comitê Gestor do IBS: Natureza Jurídica e Características Gerais.....	1143
5.1.1.2. Comitê Gestor do IBS: Atribuições Constitucionais.....	1146

5.1.1.3.	A Distribuição do Produto da Arrecadação do IBS aos Estados, DF e Municípios: Regras “Definitivas”	1148
5.1.1.4.	As Regras Transitórias de Distribuição do IBS entre Estados e Municípios: As Mudanças no ADCT-CF/88.....	1152
5.1.1.5.	Sujeito Ativo do IBS nas Importações.....	1154
5.1.2.	Sujeito Ativo da CBS	1156
5.2.	Sujeito Passivo.....	1156
5.2.1.	Contribuinte.....	1157
5.2.2.	Responsável Tributário	1160
5.2.2.1.	Responsabilidade das plataformas digitais	1160
5.2.2.2.	Demais hipóteses de responsabilidade tributária solidária	1161
5.2.2.3.	Responsabilidade por Substituição e Diferimento	1163
6.	Aspecto quantitativo.....	1166
6.1.	Base de Cálculo	1166
6.1.1.	O cálculo “por fora” do IBS e da CBS.....	1167
6.1.2.	Descontos condicionais e outros ingressos que não integram a base de cálculo do IVA Dual.....	1168
6.1.3.	Arbitramento da base de cálculo	1169
6.2.	Alíquota	1170
6.2.1.	O Senado Federal e as Alíquotas de Referência do IBS	1172
6.2.2.	Alíquotas Reduzidas do IBS e da CBS.....	1173
6.2.2.1.	Redução de alíquotas em 60% e 30% em relação à alíquota uniforme	1173
6.2.2.2.	Regime Fiscal Favorecido para biocombustíveis e hidrogênio de baixa emissão de carbono.....	1175
6.2.2.3.	A Cesta Básica Nacional de Alimentos.....	1176
6.2.3.	Regras Transitórias sobre Alíquotas do IBS	1177
6.3.	Não Cumulatividade.....	1179
6.3.1.	O regime específico de apuração do IVA Dual não cumulativo.....	1182
6.3.1.1.	Apuração de crédito condicionada ao prévio pagamento do tributo: split payment e recolhimento pelo adquirente.....	1183
6.3.2.	A não cumulatividade ampla do IVA Dual e os bens de uso e consumo pessoal.....	1187
6.3.3.	Não cumulatividade e operações sujeitas à imunidade, isenção e alíquota zero.....	1190
6.3.4.	Não Cumulatividade e Sujeitos Passivos submetidos ao Regime do Simples Nacional	1192
6.3.5.	Regimes Específicos de Tributação	1192
7.	Imunidades e isenções.....	1194
7.1.	Imunidades.....	1194
7.1.1.	Imunidades genéricas	1194
7.1.2.	Imunidades específicas	1195
7.2.	Isenções e Outros Incentivos e Benefícios Fiscais do IBS e da CBS	1197
8.	Informações complementares: cashback.....	1200
	Referências Bibliográficas	1201